

Diário do Legislativo de 30/08/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 67ª Reunião Ordinária

1.2 - Reunião de Debates

1.3 - 43ª Reunião Extraordinária

1.4 - 44ª Reunião Extraordinária

1.5 - 45ª Reunião Extraordinária

1.6 - 46ª Reunião Extraordinária

1.7 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Mesa da Assembléia

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 28/8/2003

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do Deputado André Quintão; aprovação - Correspondência: Proposta de Ação Legislativa nº 6/2003 - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.001 a 1.003/2003 - Requerimentos nºs 1.244 a 1.256/2003 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação, de Meio Ambiente e de Turismo e dos Deputados Wanderley Ávila (2), Sebastião Helvécio, Dinis Pinheiro e Antônio Carlos Andrada - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Ricardo Duarte, Neider Moreira, Vanessa Lucas, Bonifácio Mourão, Doutor Viana e Roberto Carvalho - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Palavras do Sr. Presidente - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Tereza

Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - A ata revela importante votação. Na manhã de hoje, a votação da emenda relativa ao teto foi suspensa, possibilitando a presença de vários Deputados na assinatura do projeto Conexão Assembléia, Universidade e Cidadania. O evento contou com a participação de instituições de ensino superior do Estado, como o Unicentro Izabela Hendrix. Portanto, parabênizo a Mesa.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Correspondência

- O Deputado Doutor Viana, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 6/2003

Do Sr. Aloísio Lopes, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, encaminhando anteprojeto de lei para criação do Conselho Estadual de Comunicação Social. (- À Comissão de Participação Popular.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1001/2003

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Deoglécio Dias - ABDD -, com sede no Município de Diamantina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a Associação Beneficente Deoglécio Dias - ABDD -, com sede no Município de Diamantina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 26 de agosto de 2003.

Célio Moreira

Justificação: A Associação Beneficente Deoglécio Dias - ABDD - é uma entidade civil sem fins lucrativos e com sede no Município de Diamantina, a qual tem por finalidade conceder assistência social gratuita a pessoas carentes (serviço de transporte, atendimento a consultas médicas e oftalmológicas e exames laboratoriais, fornecimento de material escolar, medicamentos e próteses e assistência jurídica), executar serviços de radiodifusão comunitária e desenvolver a prática esportiva no município.

O título de utilidade pública possibilitará o prosseguimento das atividades realizadas, tendo em vista a obtenção de recursos oriundos do Estado.

Em razão do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1002/2003

Altera a Lei nº 14.136, de 28 de dezembro de 2001.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica revogado o inciso II do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.136, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 25 de agosto de 2003.

Elmiro Nascimento

Justificação: O art. 1º da Lei nº 14.136, de 2001, isenta o cidadão mineiro do pagamento da segunda via de documento quando o original tiver sido objeto de furto ou roubo.

Para que a isenção seja obtida, a lei a condiciona à apresentação de ocorrência policial, desde que efetuada num prazo de 60 dias contados do registro policial do fato.

É sabido que, muitas vezes, o cidadão desconhece o prazo estipulado, por não conhecer a lei nem a possibilidade de vir a ser isento do pagamento das referidas taxas.

Nem sempre a ocorrência é feita de imediato, pois a falta de conhecimento da lei leva o cidadão a adiar sua ida à delegacia ou, até mesmo, a não fazer o boletim de ocorrência, efetuando somente o pedido da segunda via do documento e, por consequência, arcando com a taxa.

Dessa forma, a aprovação deste projeto representaria um enorme serviço a favor do cidadão, pois não reduz receitas, não acarretando, assim, nenhum prejuízo aos cofres públicos estaduais.

Em face do exposto, estamos certos de que os nobres colegas desta Casa prestarão o imprescindível apoio à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.003/2003

Autoriza o DER-MG a doar à Santa Casa de Caridade de Guaranésia o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o DER-MG autorizado a doar à Santa Casa de Caridade de Guaranésia imóvel situado nesse município, com área de terreno de 6.000 m², confrontando, à direita, numa extensão de 75m (setenta e cinco metros), com a Rua Quatro de Dezembro; à esquerda, numa extensão de 75m (setenta e cinco metros), com a Rua Dr. Pontes; aos fundos, numa extensão de 80m (oitenta metros), com a Rua Major Urias; e pela frente, numa extensão de 80m (oitenta metros), com a Rua Júlio Tavares, conforme escritura pública de doação feita pela Santa Casa àquele Departamento, lavrada pelo Cartório do 2º Ofício a fls. 161 do livro 52 e registrada no livro de transcrição sob o número 6226, a fls. 18 do livro 3.0, do Cartório de Registro da Comarca, com as seguintes benfeitorias: três casas simples, uma garagem e um pequeno refeitório.

Art. 2º - O imóvel destina-se à sua reincorporação ao patrimônio da entidade.

Art. 3º - O imóvel reverterá ao patrimônio do DER-MG se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, agosto de 2003.

Sebastião Navarro Vieira

Justificação: Em 1963, o imóvel mencionado foi doado pela Santa Casa de Caridade de Guaranésia ao DER-MG, para que ali fosse instalada uma residência daquele Departamento. Sabe-se que esse objetivo foi atingido até a desativação do referido órgão, cessando, assim, os motivos que ensejaram a doação.

A Santa Casa deseja obter novamente o imóvel, para reincorporação em seu patrimônio.

Desde 24/9/99, o imóvel está cedido à Prefeitura Municipal de Guaranésia sob o regime de comodato, com vigência até 2004. A Prefeitura está de acordo com sua rescisão, amigavelmente, para consecução da pretendida doação. Nada mais justo que o DER-MG devolva, por meio de doação, o imóvel que assim recebeu e não usa mais.

O pleito é justíssimo, porque há muito tempo cessou a finalidade da doação, pelo que espero o costumeiro apoio dos meus pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.244/2003, do Deputado Djalma Diniz, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da EMATER com vistas à inclusão, no Programa Balcão do Produtor, dos municípios que menciona. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 1.245/2003, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA - pelo transcurso dos 25 anos de sua fundação. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 1.246/2003, do Deputado Laudelino Augusto, pleiteando sejam solicitadas ao Diretor-Geral do DER-MG as informações que menciona, para subsidiar as discussões sobre o Projeto de Lei nº 712/2003.

Nº 1.247/2003, do Deputado Pastor George, pleiteando sejam solicitadas ao Presidente da CEMIG informações sobre a suspensão do Programa LUMIAR. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 1.248/2003, da Deputada Vanessa Lucas, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Teófilo Otônio pelo transcurso de 150º aniversário de sua fundação. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.249/2003, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo à Secretária da Educação com vistas a que envie à Comissão a conclusão dos procedimentos administrativos a respeito da Vice-Diretora da Escola Estadual Nelson de Sena. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 1.250/2003, da Comissão de Turismo, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à conclusão das obras de eletrificação rural do Município de Lima Duarte. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 1.251/2003, da Comissão de Turismo, solicitando seja dado conhecimento às autoridades que menciona de carta enviada por argentino importador de calçados brasileiros, a respeito de restrições a importações desses produtos.

Nº 1.252/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Subsecretário de Administração Penitenciária com vistas a que investigue denúncia apresentada pela Sra. Ilma Fernandes de Almeida.

Nº 1.253/2003, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins por sua posse como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.254/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, por sua posse no cargo de Presidente dessa Corte. (- Idêntica proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Leonardo Moreira. Anexe-se ao Requerimento nº 1.253/2003, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 1.255/2003, do Deputado Ricardo Duarte, pleiteando seja solicitada ao Conselho Estadual de Educação cópia dos processos de autorização para criação de cursos de Medicina nas instituições que menciona. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 1.256/2003, do Deputado Bonifácio Mourão, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - com vistas à implantação da cobrança de tarifas locais por chamadas entre usuários de áreas conurbadas. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Educação, de Meio Ambiente e de Turismo e dos Deputados Wanderley Ávila (2), Sebastião Helvécio, Dinis Pinheiro e Antônio Carlos Andrada.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Ricardo Duarte, Neider Moreira, Vanessa Lucas, Bonifácio Mourão, Doutor Viana e Roberto Carvalho proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Requerimentos nºs 709, 729, 766 e 916/2003, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 1.251/2003, da Comissão de Turismo, e 1.252/2003, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Educação - aprovação, na 17ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.175 e 1.189/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1.193, 1.209 e 1.210/2003, do Deputado Doutor Viana, e 1.213/2003, do Deputado Weliton Prado, e rejeição do Requerimento nº 1.181/2003, do Deputado Weliton Prado; de Meio Ambiente - aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.141/2003, do Deputado Doutor Viana, e 1.184/2003, do Deputado Célio Moreira; e de Turismo - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.130/2003, da Deputada Maria Olívia, e 1.142/2003, do Deputado Doutor Viana (Ciente. Publique-se.); e pelos Deputados Antônio Carlos Andrada - informando a sua indicação como membro efetivo da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.585, na vaga do Deputado Arlen Santiago, e indicando o Deputado Arlen Santiago como membro suplente da mesma Comissão, na vaga do Deputado Carlos Pimenta (Ciente. Designo. Às Comissões e cópia às Lideranças.); e Dinis Pinheiro, indicando o Deputado Leonardo Moreira para Vice-Líder do PL, em substituição ao Deputado Alberto Bejani (Ciente. Publique-se. Cópia às Comissões e às Lideranças.).

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 29, às 9 horas, e para a reunião especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES, EM 29/8/2003

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Laudelino Augusto - Maria José Hauelsen - Mauro Lobo.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 26/8/2003

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimento nº 422/2003; renovação da votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição - Requerimento nº 624/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 644/2003; aprovação - Requerimento nº 671/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; declarações de voto - Questões de ordem - Requerimento da Deputada Jô Moraes e outros; aprovação - Requerimento do Deputado Célio Moreira; aprovação - Requerimento do Deputado Paulo Piau e outros; aprovação - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declara aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Pastor George, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 422/2003, do Deputado Gil Pereira, em que solicita ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre o andamento das obras da BR-381, no trecho que liga Belo Horizonte a São Paulo, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opinou pela aprovação do requerimento. Emendado em Plenário, voltou o requerimento à Mesa da Assembléia, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. A Presidência vai renovar a votação do Substitutivo nº 1. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 2. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 422/2003 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 2. Oficie-se.

Requerimento nº 624/2003, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Secretário de Defesa Social explicações concernentes às medidas tomadas para desativação da Delegacia de Furtos e Roubos, em Belo Horizonte. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 624/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 644/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Presidente do BDMG a listagem de todos os devedores, com os respectivos valores, dos extintos BEMGE, CREDIREAL e MinasCaixa. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 671/2003, do Deputado André Quintão, em que solicita ao Presidente do IPSEMG informações referentes ao convênio firmado entre esse Instituto e a Prefeitura de Joáima, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 671/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Declarações de Voto

O Deputado Rogério Correia - É evidente que votei favoravelmente ao requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita ao Presidente do IPSEMG informações sobre o convênio firmado entre esse Instituto e a Prefeitura de Joáima.

Aproveito, no entanto, a oportunidade para pedir a V. Exa. que solicite ao Governador Aécio Neves que envie o nome do atual Presidente do IPSEMG a esta Casa para ser sabatinado, conforme manda a Constituição. Queremos ter o prazer de conhecê-lo.

O Deputado Chico Simões e eu apresentamos requerimento, em que solicitamos a formação de uma comissão especial para averiguar problemas no IPSEMG, que são sérios. Julgamos fundamental que isso aconteça.

O processo de sucateamento do Instituto continua em curso. É impressionante o número de servidores que nos procuram todos os dias para reclamar do IPSEMG. Tudo isso sem contar que o Governador vetou o projeto que daria garantia de apostilamento aos servidores detentores de função pública. Como no Instituto há um número razoável de funcionários nessa situação, a insatisfação cresceu ainda mais.

Esta Casa aprovou um projeto de lei que possibilitaria ao IPSEMG sanar sua dívida com os hospitais conveniados. A reclamação que me tem chegado, no entanto, é a de que o Governo não sanou a dívida com os hospitais conveniados.

A situação do IPSEMG é extremamente grave. O Governador Aécio Neves, que hoje veio aqui fazer cobranças ao Presidente Lula em relação à reforma tributária, falou para os Prefeitos que é preciso dividir o bolo do Fundo de Participação dos Municípios, mas não falou do bolo dele, que é o da saúde. O Presidente, pelo menos, fez a reforma previdenciária, que agradou ao Governador, e, agora, está mandando a reforma tributária. Parece-me que o Governador está cuspidno no prato em que comeu. Aprovou a reforma previdenciária, que ficou como ele queria, e, agora, vai endurecer na tributária. Insistiu em que se taxassem os inativos por causa dos Estados.

Hoje, o Governador veio jogar para os Prefeitos, muito ávidos de recursos. E com razão: tem eleição ano que vem, precisam de dinheiro, de mostrar serviço nos municípios. Muitos deles estão prestando esclarecimentos à Promotoria de Crimes de Prefeitos, por absoluta falta de verba, e passando por um aperto danado. O Governador veio, falou, mas não prometeu nenhum centavo para os Prefeitos, absolutamente nada. Saíram daqui de mãos abanando. Não vi Prefeito sair daqui com um centavo sequer do Governo do Estado. Este não distribui nada. Não tem absolutamente nada de dinheiro. Parecia um Prefeito reivindicando do Presidente alguma coisa.

Extrapolei o assunto, mas é que, quando falo do IPSEMG, acabo me entusiasmando. Peço que o Presidente do IPSEMG seja sabatinado - não foi ainda. Também a formação de comissão especial para acompanhar os problemas do IPSEMG. Já é deliberação desta Casa, foi votado, mas o Presidente Mauri Torres não forma essa comissão. A solicitação já é antiga, e acho salutar acompanhar o IPSEMG até para que requerimentos como o do Deputado André Quintão possam ter facilidade para obtenção de informações referentes a convênios. Isso facilitaria também situações desse tipo. São essas as minhas palavras.

O Deputado Carlos Pimenta - Também cumprimento o Deputado André Quintão pelo requerimento apresentado. Em parte na mesma linha de entendimento do Deputado Rogério Correia, principalmente no tema voltado ao IPSEMG, quero concordar com o Rogério. Votamos recentemente alguns projetos importantes do IPSEMG e, até agora, o que temos observado é paralisação completa de algumas atividades, principalmente na volta dos credenciados, médicos, psicólogos e dentistas. Tudo está suspenso por decreto do Governador Aécio Neves, e até o momento não temos informação sobre esse assunto.

Quereria também, reforçando a solicitação do Deputado Rogério Correia, fazer apelo à Mesa para que leve adiante a proposta de contato com o Presidente para que possamos argüi-lo, dialogar com ele e aprovar oficialmente sua indicação para estar à frente do IPSEMG.

É boa oportunidade para que tenhamos informações, porque, na verdade, o IPSEMG está parado. O processo de pagamento do IPSEMG aos hospitais, aos médicos credenciados, principalmente no último trimestre de 2002, não foi efetuado.

Somos autor de emenda ao projeto do Governador para que o IPSEMG acerte, em ordem cronológica, os débitos que têm com médicos, entidades e fornecedores. Nossa proposta foi vetada pelo Governador Aécio Neves.

Não quero adiantar minha posição em relação ao veto. Quero discutir e participar amplamente da votação desse veto apostado à nossa emenda. Mas entendo que a Casa está demorando para ter esse contato oficial com o Presidente do IPSEMG para que possamos, até mesmo, passar informações.

Há desinformação total. Recebo - e acredito que a maioria dos Deputados também - solicitações de todas as áreas, de todos os municípios mineiros, para que informemos como está esse processo, se voltará o credenciamento ou se voltará o atendimento.

Faço coro com o pronunciamento do Deputado Rogério Correia. Espero que o Presidente do IPSEMG venha à Casa e entre em contato com a Comissão Especial, para que oficializemos seu nome à frente do IPSEMG e, principalmente, para que tenhamos informações a respeito dos credenciamentos e pagamentos aos fornecedores. Obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado Chico Simões - Há alguns dias, esta Casa, por meio do Deputado Sebastião Navarro Vieira, fez denúncia de alguém, salvo engano, de Poços de Caldas, dizendo que uma mulher perdera o pai. Desde 1990, a filha recebeu pensão com o nome de Cassilda de Oliveira. Deu a entender, por meio de correspondência, que o IPSEMG mandou o dinheiro para outro parente da Cassilda, pois esta havia falecido em 1990.

Tenho certeza de que o Deputado Sebastião Navarro Vieira fez isso com o intuito de preservar o IPSEMG. No momento em que fez a denúncia, passou-me os documentos. Procurei a direção para que pudesse dar a resposta não só ao familiar, mas também ao Poder Legislativo. Como temos carinho pelo IPSEMG, não poderíamos aceitar se isso estivesse acontecendo. Seria sinal de descaso, de ausência de controle.

Procuramos o então Presidente, Hélio César Brasileiro, que responde como Presidente do IPSEMG mesmo sem ser sabatinado, o que é falta de zelo do Governador. A Constituição reza que, antes de alguém assumir a Presidência do IPSEMG, deve ser sabatinado e aprovado por esta Casa. Tenho certeza de que o Hélio não sabia disso.

Lerei correspondência enviada por ele: "Sr. Deputado, reportando-nos aos termos do Ofício nº 810/2003, alusivo à denúncia feita pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira no Plenário da Assembléia Legislativa, no dia 16 de julho último, quando do encerramento dos trabalhos da convocação extraordinária, sobre suposto pagamento de benefício à pensionista Cassilda de Oliveira, falecida em 1990, informamos tratar-se de lamentável equívoco operacional, ocorrido no sistema de processamento e controle de pagamento de pensões.

Inadvertidamente, o relatório emitido para correspondência englobou todos os pensionistas constantes no cadastro do Instituto que não possuíam conta corrente, incluídos aqueles cujos processos se encontravam suspensos. Daí o fato de os familiares da ex-pensionista Cassilda de Oliveira terem recebido tal correspondência.

Em 1990, tão logo teve informação de que a referida pensionista falecera, o IPSEMG providenciou a suspensão do pagamento. Contudo o cancelamento do benefício não ocorreu por falta de apresentação do atestado de óbito. No ano do falecimento da beneficiária de pensão, o procedimento de controle vigente era o comparecimento ao IPSEMG para assinar a declaração de vida no mês de setembro. Além disso, o sistema de pagamento era feito pelo BEMGE, e a não-retirada do benefício nos 30 dias subseqüentes ao pagamento resultava na sua devolução aos cofres do Instituto.

Somam-se a esses controles o fato de o Instituto ter realizado senso pensionista nos anos de 1995, 2000 e 2002, por meio dos quais foi cancelado o cadastramento dos pensionistas. Por outro lado, gostaríamos de ressaltar que o IPSEMG vem aperfeiçoando seus processos de concessão de benefício e de pagamento de pensões, e um dos mecanismos de controle é a renovação da senha da conta-pensão, a cada seis meses, que só pode ser feita pelo pensionista na presença de um funcionário do Banco Itaú.

É exatamente no âmbito desse processo de controle que o incidente relatado foi registrado. Asseguramos, finalmente, que a denúncia de pagamento indevido não procede. De acordo com os documentos constantes nos arquivos da diretoria da Presidência, a pensão do Processo nº 5438-0, de Tarcísio de Oliveira, está suspensa desde maio de 1990, não tendo ocorrido qualquer pagamento relativo a ela a partir daquela data. Informamos, ainda, que a correspondência alusiva à matéria foi encaminhada ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, no dia 5, ensejando pronunciamento do ilustre parlamentar no Plenário, em 3/8/2003. Esclarecimentos de igual teor foram prestados ao Tribunal de Contas, à Secretaria de Governo e ao Ministério Público.

Estou cumprindo meu papel - tarefa passada pelo colega Sebastião Navarro Vieira - e fico tranquilo de saber que não houve prejuízo aos cofres públicos, apesar de não funcionarem em sua plenitude.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Esclareço ao Deputado Chico Simões que, conforme seu relato final, fiz o registro da explicação, na semana passada. A denúncia foi do próprio IPSEMG, que enviou a correspondência a uma pessoa falecida, e a família teve a oportunidade de abri-la. Nela, avisava à falecida que a pensão seria suspensa em maio de 2003, enquanto o falecimento ocorreu em 1990. Recebi o esclarecimento e registrei da tribuna que o poder público não teve prejuízo, porque o pagamento foi suspenso em 1990. Fica evidente que o IPSEMG precisa passar por reformulação, para que uma pessoa falecida não permaneça em seus arquivos, recebendo cartas, em 2003, como se estivesse viva e recebendo pensão. Precisamos dar todo o apoio ao Instituto, para preservá-lo, por meio de ampla reformulação em sua gestão, para evitar episódios como esse.

Na carta, relata-se que houve dois censos em três datas distintas, num intervalo de dois anos cada um; ou seja, três datas para dois censos, mostrando que continua o desencontro de informações. Tenho certeza de que o atual Presidente se empenhará para que o IPSEMG seja passado a limpo e cumpra o papel de proteção do servidor público.

O Deputado Neider Moreira - Em relação aos créditos do IPSEMG, atrasados desde o último trimestre do ano passado, entrei com requerimento na Comissão de Saúde, já aprovado, em que pedi audiência com o Governador para tratarmos do projeto aprovado no final de junho, início de julho deste ano, em relação aos serviços prestados e não pagos pelo IPSEMG, uma vez que se criaram expectativas junto aos prestadores de serviço para o pagamento dos créditos atrasados. Sempre que estamos no interior os cobradores nos cobram.

Tivemos então de apresentar esse requerimento à Comissão de Saúde. Faremos uma visita ao Governador para tratar desse assunto. Só queria fazer esse esclarecimento.

O Deputado Leonardo Quintão - Vou ser breve, Sr. Presidente, mas quero parabenizar o Deputado André Quintão pelo requerimento e por exercer sua função, que é fiscalizar os atos do Executivo.

Quero dizer ao Deputado Rogério Correia que a questão de funcionários fantasmas é de vários Governos em nível federal, estadual e municipal. Essa atitude do Governo Estadual procura eliminar isso. Infelizmente, por questões de computadores e manuais, isso acontece, mas o Governador Aécio Neves, há um mês, cruzou os dados e pôde constatar que vários funcionários recebiam benefícios além do permitido em lei. Algumas pessoas até já haviam falecido. Essa fiscalização é importante. A economia para o Governo Estadual foi da ordem de R\$50.000.000,00. É muito importante essa fiscalização. Parabenizo os Deputados André Quintão e Rogério Correia por isso. Vejo, na atitude do Governo Estadual, um grande acerto, porque, quando há fiscalização, quando há interesse público, milhões podem ser economizados. O Governador Aécio Neves mostra boa-vontade. Com essa atitude, mostra o zelo na aplicação do recurso público.

O Sr. Presidente - Requerimento da Deputada Jô Moraes e outros, solicitando seja constituída comissão especial para proceder a análise e estudos relativos à grave situação enfrentada pela Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Célio Moreira, solicitando seja constituída comissão especial para proceder a estudos sobre o estado de conservação da malha viária estadual, especificamente do Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Paulo Piau e outros, solicitando seja constituída comissão especial para, no prazo de 60 dias, estudar a situação da cafeicultura em Minas Gerais. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Helvécio - Solicito a V. Exa. o encerramento da reunião, por verificarmos, de plano, a falta de quórum para continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 27, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 27/8/2003

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003; requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho; aprovação do requerimento; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1; votação da Emenda nº 1; rejeição; questões de ordem; verificação de votação; questão de ordem; verificação de votação; inexistência de número regimental para votação; anulação da votação; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Requerimentos nºs 422, 624, 644 e 671/2003, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo matéria a ser apreciada nesta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado, do Secretário de Estado e do Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Mesa da Assembléia, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 1. Vem à Mesa requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, em que solicita a inversão da preferência na votação do Projeto de Lei nº 306/2003, de modo que o projeto original seja apreciado antes do Substitutivo nº 1. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do projeto, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, vários parlamentares estão ao lado do Plenário. Gostaria que V. Exa. os convocasse para a votação.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, tenho interesse na aprovação desse projeto porque ele estabelece o teto salarial no Poder Executivo. Quando o Governador enviou o projeto, dizia respeito apenas ao seu salário, ao do Vice-Governador e ao dos Secretários de Estado e seus Adjuntos, mas a reforma previdenciária em andamento estabelece os subtetos estaduais, e o salário do Governador passará a ser, com a aprovação dessa reforma, o subteto para o Poder Executivo nos Estados. Esse projeto ganhou uma importância que não tinha. E, exatamente a partir dessa importância, o PT vem insistindo na sua aprovação porque estabelece um teto salarial. A aprovação do teto é uma proposta antiga nossa, mas, infelizmente, a base do Governo nunca comparece à votação do projeto. Fizemos a votação aqui com um quórum mingado.

Essa emenda, cujo quórum pedi que fosse verificado, é do Deputado Chico Simões e tenta corrigir coisas do passado, inclusive a possibilidade de rateio da sobra, daquilo que não foi gasto. Isso não acontece no Poder Legislativo e não pode acontecer no Executivo e no Judiciário. Peço aos colegas que aprovem essa emenda, a exemplo do teto. Isso impediria que os restos, o que não foi gasto fosse rateado entre membros do Poder. Peço o voto favorável à Emenda nº 1. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. esclarecesse se está sendo votado o projeto, o substitutivo ou a emenda. Caso esteja sendo votada a emenda, gostaria que fosse feita a sua leitura.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Sargento Rodrigues que o projeto já foi votado e aprovado, e a Emenda nº 1, rejeitada. O Deputado Rogério Correia solicitou verificação da votação da emenda.

O Deputado Chico Simões - Sr. Presidente, estamos propondo essa emenda porque a Lei nº 13.200, de 2000, que institui o salário do Governador, do Vice-Governador e dos agentes políticos, tem um artigo que não mexe na remuneração dos agentes políticos, mas mexe na verba indenizatória, dando a entender que qualquer Poder - Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público - tem garantida a verba destinada às despesas que são ressarcidas, a qual é exatamente a verba indenizatória. Mas, por outro lado, diz que se, no final do período, essa verba não for gasta com serviços prestados, ela pode ser dividida entre os titulares. Acho que está na hora de a Assembléia Legislativa mostrar a sua transparência e votar essa emenda para que não fiquemos escutando que os Deputados dividem o que sobra no final do ano.

Também tenho ouvido, em outras entidades e órgãos públicos, funcionários dizendo que muitas vezes não são concedidos recursos para o trabalho, porque tem de sobrar, no final do mês, para dividir com as pessoas que detêm o poder. Isso não mexe com nossa remuneração, mas é uma maneira de colocar de lado essas dúvidas, que nos colocam no mesmo balaio. Acredito que, nesta Casa, temos uma administração que está sendo o mais transparente possível. Então, por que não fazermos o mesmo, usando a prerrogativa de legislar, votando a favor dessa emenda e colocando fim a essas interpretações e comentários que realmente têm fundamento legal? A Lei nº 13.200 faz com que as pessoas tenham amparo legal para que, se sobrar verba indenizatória no final do mandato, ela seja dividida, no final do ano, entre os titulares do Poder.

Pedimos aos nossos pares que votem a favor dessa emenda, para que possamos exercer nossa função de fiscalização e tenhamos a certeza de que não iremos permitir que, no Estado de Minas Gerais, no final do ano, as verbas indenizatórias que não forem gastas para o exercício daquela função sejam divididas entre as pessoas que façam jus a esses recursos, tendo prestado seus serviços. Nossa emenda tem essa finalidade.

Solicitamos a todos os colegas desta Assembléia que votem a favor dessa emenda, para darmos à sociedade uma satisfação e uma mostra de que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais vive um momento de dar resposta aos nossos eleitores, fiscalizando com isenção e votando leis que darão maior transparência, demonstrando zelo e respeito para com os recursos públicos.

O Deputado Laudelino Augusto - Enquanto o quórum se recompõe, aproveito para fazer uma reflexão. Vejam os senhores o poder que temos na Assembléia Legislativa: acabamos de votar um projeto que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado, do Secretário de Estado e do Secretário Adjunto. Temos o poder de estabelecer e dispor sobre o salário do Governador. O salário é a quantia remuneratória de serviços prestados e deve ser, o quanto possível, suficiente para manter uma família. Isso nos faz lembrar quanto é pequeno o salário mínimo no Brasil. O salário é como um termômetro, mede a justiça de um sistema, e infelizmente temos de reconhecer que, no Brasil, pelo salário mínimo que temos, o sistema é muito injusto. Não sei como nosso povo sobrevive com o salário mínimo.

Segundo a Constituição brasileira, no art. 7º, o salário mínimo deveria ser: "Salário mínimo fixado, em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene,

transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim". Então, o salário deveria ser suficiente, mas sabemos que grande parte da população brasileira trabalha, tem de manter sua família e recebe um salário mínimo de miséria.

Quero ler agora um documento da Doutrina Social Cristã: "Enquanto isso, vemos uma minoria privilegiada, que percebe salários altíssimos, chegando às raízes do escândalo, salários muitas vezes conseguidos por barganhas e apadrinhamentos políticos, tráfico de influências ou mesmo manipulações escusas da lei". Na própria Assembléia Legislativa, vemos que mais de 150 funcionários, por manipulação da lei, colocaram benesses em seus próprios salários.

Não podemos nos esquecer dos que injustificadamente acumulam empregos públicos ou mesmo recebem sem trabalhar. No Brasil, a distância entre os salários mais altos e os mais baixos está entre as maiores do mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mineiros, se temos o poder de votar o salário do Governador, que será o teto para o Executivo em Minas, que, junto com a sociedade organizada, façamos justiça ao povo brasileiro. O Governo Lula comprometeu-se a fazer com que o salário mínimo chegue a US\$100,00. Hoje ouvimos a notícia de que chegará a R\$400,00, o que ainda é pouco para uma família sobreviver dignamente. Mas, se temos o poder de votar o salário do Governador, como o do Presidente, que recebe menos que o Governador, trabalhem para que o povo seja remunerado dignamente. Sabemos que, nos casos das iniciativas privada e pública, há muita injustiça. O conflito entre o capital e o trabalho, não devido à natureza do trabalho mas pela maneira como é organizado no sistema neoliberal, causa esse tipo de injustiça. Batalhem por salários justos que dêem às famílias o que lhes pertence por direito.

A Deputada Maria Tereza Lara - Reforço o fato de que, pela primeira vez no País, temos piso e teto para os salários, o que é de extrema importância para a distribuição de renda e justiça social. Temos de fazer essa transição indicando as discrepâncias, mas respeitando as pessoas, contestando os erros históricos. Muitas vezes, por mais errado que esteja o salário de um servidor, a este não pode ser debitada toda a responsabilidade, visto que é fruto de todo um processo, votações envolvendo parlamentares, leis injustas. Não podemos perder de vista essa questão nem desrespeitar o ser humano que passou por aquele processo e que, sozinho, com certeza, não foi responsável pela situação que aí está. Que apontemos as falhas e as corrijamos, mas respeitando o ser humano. É preciso que não haja impunidade a partir deste momento histórico que vivemos. Os resultados da legislação federal, da reforma previdenciária, têm repercussão imediata nos Estados. Que façamos prevalecer a lei federal, com as devidas adaptações e correções, fazendo justiça para que 40 milhões de brasileiros tenham garantida sua participação na Previdência! Que o País una esforços na garantia da soberania nacional! Não é momento de digladiar nem de perder de vista o objetivo principal do Governo Lula e de todas as lideranças do País. Façamo-nos respeitar interna e externamente como País emergente que, dentro de pouco tempo, estará entre os que darão o norte não só no mercado internacional, mas na sociedade internacional com que sonhamos: justa, fraterna e igualitária.

O Sr. Presidente - A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Os Deputados deverão tomar os seus lugares. A Presidência vai dar início ao processo de verificação.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

Questão de Ordem

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, eu estava em reunião de comissão e não consegui votar. Solicito que seja feita nova verificação de votação, uma vez que alguns Deputados acabam de chegar ao Plenário.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação por meio do painel eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 25 Deputados, número insuficiente para votação, motivo pelo qual a Presidência torna sem efeito a votação da emenda.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Solicito a V. Exa. que faça a recomposição de quórum, devido à importância da matéria constante da pauta.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, até que se acalmem os ânimos na Casa, gostaria de comunicar ao Plenário a posse do ex-Deputado, companheiro e ex-Vereador de Belo Horizonte João Batista de Oliveira na Secretaria de Direitos Humanos.

João Batista de Oliveira assume a secretaria a convite do Governador Aécio Neves, pelo reconhecimento de sua luta pelos direitos humanos. Como é de conhecimento do Deputado Rogério Correia e de outros que também passaram pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, ele vem lutando pelos direitos humanos desde a época em que a companheira Helena Greco estava nessa missão.

Tenho certeza de que a Secretaria ficará bem servida. Mais uma vez, o Governador valoriza os políticos que passaram por esta Casa. Um homem como João Batista de Oliveira é a expressão dos direitos humanos.

Gostaria também de comunicar ao Plenário que hoje, às 13 horas, teremos o julgamento, no Tribunal de Justiça, da ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público e que trata da estadualização dos bingos, votada, aprovada e, posteriormente, sancionada.

Todos sabemos que, como em Minas Gerais, também poderá funcionar o bingo em outros 16 Estados. Para se ter uma idéia - tive a oportunidade de mostrar aos Deputados, ao Governador e aos Secretários -, isso gera, hoje, uma receita de R\$46.000.000,00 por ano. Parte dessa receita poderá ser aplicada na segurança pública, onde o gasto do Estado é de R\$36.000.000,00. Sem dúvida nenhuma, isso poderá dobrar a segurança em Minas Gerais.

Desde que apresentei esse projeto de estadualização dos bingos, em momento algum pensei que o Ministério Público recorreria ao erro de iniciativa. O Governador, quando o vetou pela primeira vez, não colocou essa objeção de erro de iniciativa. O Estado está perdendo, pois ele precisa faturar, Sr. Presidente.

Peço a recomposição de quórum para continuarmos a votação.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, faço coro com o Deputado Alencar da Silveira Jr., no que tange à indicação do nosso companheiro e amigo ex-Deputado João Batista de Oliveira.

É um Deputado extraordinário, com um grande trabalho de prestação de serviços a Minas Gerais e de dedicação em tudo que se propôs a fazer. É um parlamentar responsável e que, apesar de todas as suas dificuldades em relação à saúde, sempre foi dinâmico, operante, presente e atuante. É um companheiro, um adversário leal nas disputas pelo voto nas regiões que atuamos. Desejo sucesso ao grande João Batista, agora na área de direitos humanos, uma indicação muito acertada do Governador Aécio Neves. Espero que tenha êxito e que possa ajudar a corrigir todas as distorções que envolvem as questões de desrespeito aos direitos humanos. Desejo-lhe muito sucesso nessa nova missão, que lhe é confiada pelo Governador Aécio Neves.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 24 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 27/8/2003

Presidência do Deputado Luiz Fernando Faria

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Votação de requerimentos: Requerimento nº 709/2003; discursos dos Deputados Leonardo Quintão e Irani Barbosa; questões de ordem; discurso do Deputado Fábio Avelar; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Requerimento nº 729/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 766/2003; discursos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Maria Tereza Lara e Fábio Avelar; votação do requerimento, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Requerimento nº 916/2003; aprovação - Questão de ordem; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos; Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Fernando Faria) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Bonifácio Mourão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta os Requerimentos nºs 422, 624, 644 e 671/2003, apreciados na reunião extraordinária de ontem, à noite.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 709/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que solicita informações ao Presidente da AMBEL sobre a

existência de estudos técnicos prévios por demanda de táxis especiais nos Municípios de Lagoa Santa e Confins. A Mesa opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Leonardo Quintão.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero trazer a público a questão dos táxis metropolitanos de Belo Horizonte e Lagoa Santa, da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A questão a discutir nesse requerimento é que foram liberados pela cidade de Lagoa Santa mais de 100 táxis metropolitanos, que deveriam estar rodando lá, mas que estão rodando apenas na praça de Belo Horizonte, especificamente no Aeroporto da Pampulha. Por que a cidade de Lagoa Santa tem o direito de liberar táxis, e Caeté, Betim, Contagem ou Belo Horizonte não têm? E por que, antes de liberar os táxis, não foi apresentado um projeto técnico da necessidade de liberação de novas licenças ou outorgas para táxis na RMBH? Como Vereador que fui de Belo Horizonte, como defensor dos taxistas, pessoas sofridas com o gerenciamento do sistema, apresento esse requerimento para analisar o estudo técnico feito para liberar essas placas para a cidade de Lagoa Santa, para que possamos, na Assembléia Legislativa, avaliar a necessidade de táxis metropolitanos ou de táxis comuns.

Existe, na praça, a necessidade da diminuição de táxis devido à falta de passageiros. Porém, podemos questionar os táxis que ora estão sendo liberados. Por isso, peço à AMBEL que me responda, o mais breve possível, mostrando um estudo técnico que revele a necessidade dos novos táxis. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Deputado Leonardo Quintão, realmente o taxista enfrenta sérios problemas: falta de administração, de coerência dos setores e autoridades que cuidam do licenciamento e da fiscalização dos táxis, principalmente por parte da BHTRANS.

Conheço a questão do táxi de Lagoa Santa. Houve uma pendenga judicial porque, com a existência do Aeroporto Internacional de Confins, foram criados alguns táxis, sendo uns de Lagoa Santa e outros de Belo Horizonte, para atender à sua demanda. E há um intercâmbio relativo ao percurso dos táxis emplacados em Belo Horizonte e em Lagoa Santa. Não se trata de decisão do município ou de quem quer que seja, é uma decisão judicial que permite aos táxis de Lagoa Santa circularem em Belo Horizonte, mesmo porque a Constituição do Estado diz que serviços comuns às cidades podem ser prestados pelos diversos municípios que constituem a região metropolitana. Como nenhum dos outros municípios possui aeroportos, Lagoa Santa foi pioneira nesse sistema, criando esse intercâmbio. Também o táxi de Contagem roda em Belo Horizonte por força da mesma lei e autorização. Os outros municípios não adotaram esse critério e, portanto, não têm táxis circulando em Belo Horizonte. Apesar do táxi ser emplacado em Lagoa Santa, sofre tanto ou mais que o de Belo Horizonte pela falta de movimentação no Aeroporto de Confins, porque as autoridades negligenciaram no que a ele diz respeito, sufocando o Aeroporto da Pampulha com excesso de movimento, oferecendo algumas facilidades indevidas às companhias aéreas. Foi feito um investimento de quase US\$300.000.000,00, na década de 70, naquele aeroporto, para que se tornasse um elefante branco, já que hoje serve unicamente como ponto turístico. Sua inoperância deixou em dificuldades os motoristas que investiram na compra de seus táxis em Lagoa Santa objetivando trabalhar naquele aeroporto. Tanto sofre o motorista de Lagoa Santa como o de Belo Horizonte. Na pior das hipóteses, deveriam deixar que os taxistas sobrevivessem, mas esta é uma decisão judicial. Hoje, nosso País é administrado por liminares e quem nele manda são os semideuses, os Promotores, e os deuses, obviamente os Juízes. Obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado Leonardo Quintão - Obrigado, Presidente. Agradeço a participação do Deputado Irani Barbosa. Entendo bem a questão da liminar, pois, há alguns meses, fui procurado, e realizamos audiência pública para discuti-la.

V. Exa se referiu bem à questão. A liminar outorga ao DER a administração desse serviço, mas não lhe retira a responsabilidade de efetuar estudo técnico para analisar a viabilidade de liberação de novas placas.

Na RMBH, Lagoa Santa liberou 130 placas; Contagem pode decidir liberar 500 placas. Não questiono a justiça, seja a liminar justa ou injusta. A justiça é para ser obedecida. Só se questiona a justiça na justiça. Questiono não a liminar, mas um estudo técnico necessário para a liberação de novas placas. Peço à AMBEL que mande para esta Casa estudo técnico prévio de quantos táxis são necessários para Lagoa Santa, Belo Horizonte, ou qualquer cidade da região. Sou bem votado na RMBH e sinto-me no direito e na obrigação de analisar o fato. Senão, teremos grave precedente. Qualquer Prefeito se sentirá no direito de liberar placas.

Sabemos, e V. Exa. explicou bem, que o táxi metropolitano pode transitar em Belo Horizonte, Contagem e Lagoa Santa. V. Exa. tem razão na sua explanação. Obrigado.

O Deputado Irani Barbosa - Deputado Leonardo Quintão, esclareço que a Assembléia Metropolitana foi criada por esta Assembléia Legislativa na Constituição do Estado. A Assembléia Metropolitana tem poder para deliberar sobre todos os assuntos da região metropolitana. Embora, acredito, seja hora de esta Casa caçar os direitos que lhe foram delegados, pois serviram apenas para deliberar sobre aumento de tarifas de ônibus, apesar de poder deliberar sobre assuntos de interesses comuns aos municípios: meio ambiente, lei de uso e ocupação do solo, águas fluviais, poder hídrico, industrialização, plano diretor, etc. A AMBEL só serviu para alterar tarifas de ônibus e criar confronto na RMBH, como no caso dos táxis. Não serve para mais nada.

Há cerca de 5 anos, tramita nesta Casa proposta de emenda à Constituição que caça e modifica alguns direitos da Assembléia Metropolitana, que deve ser extinta por lei por não ter cumprido suas obrigações.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar - Encaminho favoravelmente ao requerimento do Deputado Leonardo Quintão. Acredito que toda informação é bem-vinda, mas o mais importante é que se levanta o problema metropolitano.

O Deputado Irani Barbosa falou do problema enfrentado por toda a região metropolitana, especificamente do aeroporto de Confins, que se encontra ocioso. Verificamos, a cada dia, maior intensificação e aproveitamento indevido do aeroporto da Pampulha.

Informo aos ilustres pares a necessidade de aproveitar a oportunidade e aprofundar-se nas questões metropolitanas. É uma preocupação muito grande que tenho.

Tivemos a oportunidade de apresentar, no início deste ano, um requerimento, aprovado pela Mesa desta Casa, autorizando a realização de um seminário para discutir as regiões metropolitanas do Estado.

Estamos em fase de estruturação desse seminário. Houve cerca de cinco reuniões preparatórias, e estamos, agora, providenciando a instalação das câmaras técnicas institucionais, em que faremos, no momento oportuno, a discussão das questões metropolitanas.

Sabemos que o problema dos táxis é um problema sério. Não podemos deixar de registrar a complexidade de uma região metropolitana, do ponto de vista da indefinição da titularidade dos serviços, das questões ambientais, do abastecimento de água, do saneamento, do meio ambiente, enfim, precisamos definir essa questão.

Para se ter idéia da complexidade da situação, temos, nesta Casa Legislativa, aproximadamente sete projetos de criação de regiões metropolitanas.

Esta é a oportunidade de revermos todas essas questões, aprofundando a discussão nas assembleias metropolitanas, criadas para gerir a região.

Na realidade, existe falta de integração dos órgãos atuantes nessas regiões, especialmente em Belo Horizonte, onde existe desarticulação. A RMBH perdeu com a extinção do PLAMBEL, que era o órgão que a coordenava, em nível de Governo. Mas, agora, vemos o Governo Aécio Neves criando uma superintendência voltada para a região, a fim de resgatar a importância do Estado como parte integrante do planejamento e da administração de uma região metropolitana.

O seminário, a ser realizado na segunda semana de novembro, é oportunidade ímpar para nos aprofundarmos nessas questões. Mais uma vez, pedimos a colaboração dos Deputados para fazermos amplo debate a respeito. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 709/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 729/2003, da Comissão do Trabalho, Previdência e Ação Social, que solicita ao Subsecretário de Trabalho e Assistência Social e ao Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social o envio a esta Casa de cópia do relatório de gestão do Fundo Estadual de Assistência Social nos anos de 2001 e 2002. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 729/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 766/2003, da Comissão de Educação, que solicita aos 46 Diretores das Superintendências Regionais de Ensino da Secretaria da Educação informações sobre as reformas e ampliações em execução na rede física e as que se fazem necessárias. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, esse requerimento é oriundo da Comissão de Educação e solicita das superintendências de ensino remessa da rede física dos prédios pertencentes ao Estado.

Sabemos da dificuldade que enfrenta o Estado quanto à reforma e à ampliação. Seria de bom alvitre que esta Comissão e esta Casa acompanhassem o que julgaremos prioritário junto à Secretaria. Muitos Deputados recebem constantemente de Diretoras, Prefeitos e superintendências pedidos para se priorizar a reforma de escolas.

Gostaria que esse requerimento fosse aprovado. Peço que seja solicitado à Secretária o envio da relação completa das obras que, efetiva ou eventualmente, serão priorizadas neste ano. Temos conhecimentos e estamos sempre em contato com a Secretária, que, sem dúvida, concede atenção especial a todas as regiões do Estado. Isso seria o norte para a Comissão de Educação e para que, após o recebimento desse relatório pela Secretaria, por meio da superintendência, os Deputados dessa Comissão participem, representando suas regiões e suas bases. Além disso, juntamente com a Secretaria, devem-se pedir a liberação e a viabilização de recursos do Governo e da Casa Civil. Julgo importantes essas ponderações, principalmente para se preservar a qualidade de ensino em todas as escolas de Minas Gerais.

Então, encaminho favoravelmente, uma vez que esse requerimento é de nossa autoria na Comissão de Educação.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Como membro da Comissão da Educação, encaminho favoravelmente, porque essas informações tornarão o trabalho da Secretaria de Educação mais transparente e possibilitarão ao corpo docente, às direções das escolas, obter informações de quando poderão ser contemplados com as reformas. Sabemos que, para haver qualidade de ensino, é necessária uma estrutura. Tanto é assim, que, nas discussões dos projetos de avaliação de desempenho, muitas vezes mencionamos que não podemos avaliar somente o servidor, mas sim o servidor no contexto, ou seja, as condições necessárias para o seu trabalho. É importante que esse requerimento da Comissão de Educação seja respondido, a fim de que contribuamos para o avanço na melhoria da rede física de ensino no Estado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar - Encaminho favoravelmente ao requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pessoa ímpar na área educacional, e falo sobre a importância desse requerimento. Ao percorrer várias escolas e unidades de ensino, verifiquei que, na grande maioria, a situação atualmente está grave. Há deficiências nas instalações, principalmente nas áreas dos grandes centros, na RMBH e na Capital. Além dessa deficiência da rede física, há também problema muito sério relacionado com a segurança nas escolas. Voto favoravelmente, porque acredito ser importante para os Deputados a informação solicitada pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 766/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 916/2003, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita ao Secretário da Defesa Social informações a respeito do instrumento legal que oficializou a doação de um terreno com área de 400.000m², localizado no Município de Santa Luzia, onde o Governo do Estado está construindo uma penitenciária. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Questão de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Presidente, vamos passar à 2ª Fase da reunião, com o prosseguimento de votações, mas verificamos de plano que não há quórum para votação. Assim, solicito o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/2003, e, em 2º turno, a discussão do Projeto de Lei nº 116/2003, uma vez que permaneceram em ordem do dia para discussão por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 28, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28/8/2003

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 33 e 105/2003; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003; renovação da votação da Emenda nº 1; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/2003; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 116/2003; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/2003; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com a emenda à Comissão de Administração Pública - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 739/2003; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 245/2003; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Irani Barbosa - Jayro Lessa - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Requerimentos de nºs 709, 729, 766 e 916/2003, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 33/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza a veiculação de publicidade no encosto de cabeça das poltronas dos ônibus intermunicipais; e 105/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimento comercial manter exemplar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor disponível para consulta (À sanção.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da

matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Mesa da Assembléia, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 1. O projeto original, salvo emenda, foi aprovado na reunião extraordinária de ontem, pela manhã. A Presidência vai renovar a votação da Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 306/2003 com a Emenda nº 1. À Mesa da Assembléia.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter à Sociedade São Vicente de Paulo, no Município de Frutal, o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 116/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que proíbe depósito prévio para internamento em hospitais públicos e privados e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/2003, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre o acesso, conferido ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

-Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/2003

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - O art. 67 da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, fica acrescido do seguinte inciso XIV:

‘ Art. 67 -

I -

XIV - consultar banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública, mediante requerimento do Procurador-Geral de Justiça.'".

Sala das Reuniões, de de 2003.

Rêmolo Aloise

Justificação: A emenda que apresentamos visa aprimorar a proposição a fim de avizinhá-la ao princípio da razoabilidade, consagrado nas Constituições da República e do Estado, que determina a imposição de limitações à discricionariedade administrativa, exigindo a adequação, compatibilidade e proporcionalidade dos atos administrativos à sua finalidade pública específica.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. a Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Rêmolo Aloise, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o projeto com a emenda à Comissão de Administração Pública, para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 739/2003, do Governador do Estado, que dá a denominação de Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. O Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 245/2003, do Deputado Paulo Piau, que proíbe a comercialização de derivado de leite com adição de soro de queijo sob a denominação "leite modificado". A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 245/2003

Substitua-se, no art. 4º da redação do vencido no 1º turno, a expressão "soro de queijo" por "soro de leite".

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2003.

Paulo Piau

Justificação: A Comissão de Justiça já havia feito reparo de ordem técnica quando apreciou a proposição no 1º turno; entretanto a Emenda nº

3, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, ainda usou a nomenclatura inadequada.

Por essa razão faz-se necessário o ajuste da expressão em referência.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Paulo Piau, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, vai submeter a emenda a votação, independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 245/2003 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. A Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial da UEMG, em 5/8/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Ricardo Duarte, e Adalclever Lopes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adalclever Lopes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Deputado Ricardo Duarte lê a seguinte correspondência: documentação encaminhada pelo Deputado Adalclever Lopes, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, contendo levantamento da situação jurídica e financeira da UEMG. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados três requerimentos: dois do Deputado Ricardo Duarte, solicitando sejam realizadas reuniões para ouvir os Secretários da Fazenda e de Planejamento e Gestão, o Procurador-Geral de Justiça, o Coordenador da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, o Pró-Reitor de Administração e Finanças e o Chefe do Departamento Jurídico da UEMG; e um do Deputado José Henrique, solicitando reunião para ouvir o Sr. Marco Aurélio Gomes Lobo, ex-Coordenador da Área de Educação da Consultoria Temática da Assembléia. O Presidente informa que a audiência com o Governador do Estado está marcada para a próxima quinta-feira, em horário a ser confirmado, e que as audiências com o Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e com o Reitor da UEMG serão solicitadas para as 16 e as 17 horas de terça-feira, respectivamente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Paulo Piau - Ricardo Duarte.

ATA DA 16ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em 13/8/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, Chico Simões, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Agostinho Patrús, Secretário de Transporte e Obras Públicas (2), publicados no "Diário do Legislativo" do dia 8/8/2003; Fuad Noman, Secretário da Fazenda; Hermes Ricardo Matias de Paula, Secretário Executivo do FNDE, e Jerson Kelman, Diretor-Presidente da ANA, publicados no Diário do Legislativo" do dia 9/8/2003. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 130/2003, no 1º turno (Deputado Irani Barbosa); 361/2003, no 1º turno (Deputado Sebastião Helvécio) e 600 e 614/2003, no 1º turno (Deputado José Henrique). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente faz retirar da pauta o Projeto de Lei Complementar nº 4/2003 e os Projetos de Lei nºs 380/2003 e 586/2003 por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 75/2003 na forma proposta (relator: Deputado Jayro Lessa); 79/2003 na forma proposta (relator: Deputado Sebastião Helvécio); 411/2003 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Sebastião Helvécio); 513/2003 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado (relator: Deputado Gil Pereira); nesse instante registra-se a presença do Deputado Antônio Júlio, 609/2003 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 2, apresentada (relator: Deputado José Henrique); 738/2003 na forma original (relator: Deputado Sebastião Helvécio); 740/2003 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Jayro Lessa) e 741/2003 na forma original (redistribuído ao Deputado José Henrique) e pela rejeição do Projeto de Lei nº 426/2003 (redistribuído ao Deputado Jayro Lessa). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 66/2003 e 101/2003 no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Chico Simões e Sebastião Helvécio. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Antônio Andrade em que solicita a realização de audiência pública para se discutir, com convidados, o ICMS incidente sobre prestações internas de serviços de transporte rodoviário de carga. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2003.

Ermano Batista, Presidente - Sebastião Helvécio - José Henrique - André Quintão.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial da Expansão do Metrô, em 13/8/2003

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Célio Moreira, Gustavo Valadares, Marília Campos e Vanessa Lucas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Vanessa Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas e, convida o Deputado Gustavo Valadares para atuar como escrutinador. Feita a votação e a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas 5 cédulas de votação. Os Deputados Célio Moreira e Vanessa Lucas obtiveram 5 votos cada um, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Ato contínuo o Presidente "ad hoc" faz a proclamação dos eleitos e declara empossado, como Presidente, o Deputado Célio Moreira, a quem transfere a direção dos trabalhos. O Deputado Célio Moreira agradece a escolha de seu nome, declara empossado, como Vice-Presidente, a Deputada Vanessa Lucas e designa o Deputado Ivair Nogueira como relator. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária que será realizada logo a seguir, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2003.

Célio Moreira, Presidente - Vanessa Lucas - Ivair Nogueira - Roberto Carvalho.

ATA DA 15ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública, em 20/8/2003

Às 14 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Leonardo Quintão e André Quintão (substituindo este à Deputada Jô Moraes, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. José Nogueira, Presidente da Câmara Municipal de Arinos, encaminhando cópia da Moção nº 001/2003, do Vereador Joel Fonseca; e Luiz Antônio Mota Valadares, Diretor de Transporte Metropolitano, encaminhando resposta ao requerimento desta Comissão sobre os procedimentos administrativos adotados para o gerenciamento do serviço de táxi das cidades que compõem a RMBH. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 133/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 279/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado André Quintão, em virtude de redistribuição); e 739/2003 (relator: Deputado Leonardo Quintão). É concedido prazo regimental ao relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, para emissão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 406/2003. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 1.046, 1.048 e 1.109/2003. É adiada a votação do Requerimento nº 1.128/2003, por solicitação do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Leonardo Quintão, em que solicitam seja realizada reunião para debater o Projeto de Lei nº 8/2003; do Deputado Domingos Sávio, solicitando seja realizada reunião especial com objetivo de obter esclarecimentos dos signatários do Ofício nº 21/2003, da Fundação Santarritense de Saúde e Assistência Social. O Deputado Carlos Pimenta retira-se do recinto e é substituído pelo Deputado Leonídio Bouças, por indicação do Líder do BPSP. Em seguida, os membros da Comissão decidem que as reuniões ordinárias desta Comissão serão realizadas às terças-feiras, às 15h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Carlos Pimenta - Leonardo Quintão.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Redação, em 20/8/2003

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria Olívia, Doutor Ronaldo e Laudelino Augusto, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 485, 589, 594, 612, 652, 654, 656, 660, 661 e 670/2003 (Deputado Laudelino Augusto); 688, 690, 692, 698, 699, 702, 703, 711 e 714/2003 (Deputado Doutor Ronaldo). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 485, 589, 594, 612, 652, 654, 656, 660, 661 e 670/2003 (relator: Deputado Deputado Laudelino Augusto); e 688, 690, 692, 698, 699, 702, 703, 711 e 714/2003 (relator: Deputado Doutor Ronaldo). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Doutor Ronaldo - Laudelino Augusto - Djalma Diniz.

ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, em 20/8/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, Elmiro Nascimento, Biel Rocha, Leonídio Bouças e Paulo César, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Henrique, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios encaminhados pelas Prefeituras de Itamonte e Cachoeira de Minas em que enviam as fichas de pesquisa e mapeamento do artesanato mineiro; ofício do Secretário de Estado de Turismo, em que encaminha a esta Casa o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais - PEDTEMG -; ofício do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Patrocínio, em que pede apoio desta Casa a que seja prorrogado até o final de 2003 o prazo para opção pelo "parcelamento especial", nos termos da Lei Federal nº 10.684, de 31/5/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Biel Rocha em que solicita seja realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Saúde, para se discutir o Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do Deputado Rogério Correia, que estabelece normas específicas para o licenciamento de Estação de Rádio-Base, microcélulas de telefonia celular móvel e fixa e equipamentos no Estado de Minas Gerais; e Arlen Santiago em que solicita seja encaminhado ofício ao Governador do Estado solicitando-lhe providências para se asfaltar, imediatamente, o trecho da rodovia de acesso ao Balneário Bico da Pedra, no Norte de Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2003.

Elmiro Nascimento, Presidente - Paulo Cesar - Leonídio Bouças - Biel Rocha.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular, em 21/8/2003

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Mauro Lobo e Adalclever Lopes (substituindo este ao Deputado Leonardo Quintão, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adalclever Lopes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência suspende a

reunião para iniciar a reunião conjunta com a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. Às 18h01min o Presidente reabre os trabalhos, verifica a inexistência de quórum para a apreciação de matéria e, não havendo mais nada a ser tratado, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2003.

André Quintão, Presidente - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Sidinho do Ferrotaco.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, em 27/8/2003

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Sidinho do Ferrotaco (substituindo este ao Deputado Roberto Ramos, por indicação da Liderança do PL) e Biel Rocha (substituindo o Deputado Roberto Carvalho, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Francisco Eustáquio Rabello, Corregedor-Geral de Polícia, prestando informações a respeito do Requerimento nº 318/2003, desta Comissão; Deodato Biondi, encaminhando cópia de representação referente denúncia contra os Srs. Edson Renê Ferreira Marques e Clemir Freitas Lima, policiais militares de Taiobeiras; e denúncia contra o Sr. Nivaldo Eustáquio dos Santos, funcionário da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará, que presta serviço na Delegacia de Polícia Civil local. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 223/2003, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Piau, em que solicita audiência pública desta Comissão para debater a situação dos cooperativados do ramo do trabalho, que estão sendo impedidos de executarem seu labor por intervenção de órgãos governamentais e de entidades da sociedade civil; Durval Ângelo (2), em que solicita audiência pública desta Comissão para discutir a situação dos moradores dos prédios localizados na Rua Clorita, nºs 64 e 100, Bairro Santa Tereza, nesta Capital, e em que solicita reunião extraordinária desta Comissão para debater em audiência pública, no dia 28/8, os 24 anos de vigência da Lei Federal nº 6.683, de 1979, conhecida como Lei de Anistia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2003.

Durval Ângelo, Presidente - Mauro Lobo - Roberto Carvalho - Marília Campos.

ATA DA 16ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública, em 27/8/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Leonardo Quintão e Marília Campos (substituindo esta à Deputada Jô Moraes, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados André Quintão, Biel Rocha, Chico Simões. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 8/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Domingos Sávio (2), em que solicita seja aprovado o nome do Sr. Benedito Donizethe Carvalho Pinto, Presidente da AMIVIDA, para participar da reunião desta Comissão no dia 28/8, com a finalidade de ouvir os Diretores e Conselheiros da FSSAS; em que solicita a participação de Patrícia Souza Lima, Diretora de Gestão Participativa do IGAM, nesta reunião; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a participação, nesta reunião, do Sr. Tomaz de Aquino Resende, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Fundações de Minas Gerais. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Antônio Augusto Junho Anastasia, Secretário de Planejamento e Gestão; Maria Tereza Correia da Silva, assessora do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Paulo Modesto, professor da Universidade Federal da Bahia; Patrícia Souza Lima, Diretora de Gestão Participativa do IGAM; Renato Barros, Diretor da Coordenação Sindical dos Servidores Públicos; Teresa de Lamare, representante do Conselho Estadual de Assistência Social; Tomaz de Aquino Resende, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Fundações de Minas Gerais, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Leonardo Quintão, um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Leonardo Quintão.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 14ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 2/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer SOBRE A PROPOSTA de Ação Legislativa Nº 3/2003

Relatório

A proposta de ação legislativa em exame, do Movimento Graal do Brasil, solicita a realização de uma audiência pública para discutir aspectos legais da economia solidária no Estado, especialmente no que se refere ao processo de certificação de produtos e serviços, dando continuidade aos debates inaugurados pelo Ciclo de Debates A Outra Economia Possível: a Economia Solidária, realizado nesta Casa, em 13/6/2003.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 4/7/2003, a proposta foi distribuída a esta Comissão, nos termos do art. 102, XVI, "a" do Regimento Interno, para receber parecer.

Fundamentação

As transformações na organização da economia e, em particular, no mercado e na regulamentação do trabalho, aliadas ao acirramento do desemprego, têm contribuído para a busca de alternativas de geração de renda por parcelas cada vez maiores da sociedade. Particularmente, estão se disseminando experiências coletivas de trabalho, de produção, de consumo e de crédito. A esse conjunto de alternativas de organização econômica coletiva dá-se o nome de economia solidária. Fazem parte dele cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários etc.

A economia solidária tem como pressuposto a gestão democrática da produção, da comercialização, do crédito e do consumo de bens, baseando-se nos princípios da autogestão, da solidariedade, da sustentabilidade ecológica e da democracia. Em decorrência, a economia solidária concebe o desenvolvimento econômico a partir da inclusão social, projetando uma concepção também alternativa de organização da economia e da sociedade.

Das discussões propiciadas pelo Ciclo de Debates A Outra Economia Possível: a Economia Solidária, podemos concluir que é urgente a definição de um novo marco legal que regulamente as formas de organização do trabalho, da produção e do acesso ao crédito preconizadas pela economia solidária. Os debatedores foram unânimes em afirmar o caráter excludente da legislação afeta à área, afirmando a impossibilidade de os empreendimentos da economia solidária regularizarem sua situação nos limites atualmente impostos. Fundamentalmente, demanda-se uma nova regulamentação, direcionada especificamente à produção de pequena escala, pouco capitalizada e gerida pelos próprios trabalhadores.

A questão da certificação merece atenção diferenciada, pois abre um duplo debate: a certificação de qualidade dos produtos e serviços da economia solidária e a certificação que visa ao fomento e à identificação dessa forma de organização para a produção, o consumo e o crédito. No que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços, os empreendimentos da economia solidária têm afirmado a necessidade de se regulamentarem critérios apropriados à sua forma de organização e escala de produção. No que se refere à certificação identificatória, afirmam a urgência em adotá-la, com vistas ao fortalecimento de sua proposta. De qualquer forma, preconizam que o processo de certificação – tanto o de qualidade como o de identificação – deve se dar de forma participativa.

Encontra-se em tramitação nesta Casa o Projeto de Lei nº 830/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui o Selo Economia Solidária, para a identificação de empreendimentos direcionados à execução de políticas públicas de crédito, comercialização, desenvolvimento tecnológico e formação adequadas às necessidades da economia solidária. Esse projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Atualmente, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, para receber parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade e legalidade.

Embora disponha sobre a identificação de entidades afetas à execução de políticas públicas direcionadas à economia solidária, o citado projeto de lei trata, também, da constituição de uma comissão paritária para elaborar uma sistematização dos processos de produção, transformação, certificação e comercialização dos produtos gerados por essa forma de organização econômica.

Entendemos, então, que a audiência pública demandada pelo Movimento Graal do Brasil possa se dar em uma reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, tendo como objeto a discussão do marco regulatório da economia solidária, especialmente o processo de certificação, incluindo-se, aí, o debate sobre a matéria constante no Projeto de Lei nº 830/2003.

De acordo com a demanda pela continuidade das discussões iniciadas no Ciclo de Debates A Outra Economia Possível: a Economia Solidária, sugerimos que sejam convidados para a referida audiência pública representantes da Secretaria Nacional de Economia Solidária, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes - SEDESE -, da Gerência de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e do Movimento Graal do Brasil e o Sr. Euclides Mance, do Instituto de Filosofia e Economia Solidária de Santa Catarina.

Conclusão

Manifestamo-nos, assim, pelo acatamento da Proposta de Ação Legislativa nº 3/2003, sugerindo a realização de uma audiência pública em reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para discutir a regulamentação da economia solidária, especialmente no que se refere ao processo de certificação de produtos e serviços.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2003.

André Quintão, Presidente - Mauro Lobo, relator - Sidinho do Ferrotaco.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 28/8/2003, as seguintes comunicações:

Do Deputado Wanderley Ávila, notificando o falecimento da Sra. Ormezinda Batista de Oliveira, ocorrido em 22/8/2003, em Pirapora. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Wanderley Ávila, notificando o falecimento do Sr. Cirilo José Ferreira, ocorrido em 26/8/2003, em Pirapora. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Sebastião Helvécio, notificando o falecimento da Sra. Silvína Lopes Moreira, ocorrido em 26/8/2003, em Bicas. (- Ciente. Oficiase.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/8/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Marcia Cristina Abreu de Paula do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Tarsis Murad Alvarenga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Valquíria Rodrigues Cardoso do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Hélio Machado Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Valquíria Rodrigues Cardoso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Gabinete da Deputada Cecília Ferramenta

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Esli da Silva Cruz do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Felipe Martins Pinto do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Geraldo Caetano de Matos do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Ricardo Augusto da Costa Campos do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Cíntia Calais Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Esli da Silva Cruz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Felipe Martins Pinto para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Geraldo Caetano de Matos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando Keylla Mara Miranda do Valle para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Lúcia de Fátima Costa para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Ricardo Augusto da Costa Campos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Clío de Faria Santana do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Francisco de Assis Rodrigues da Costa do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Clío de Faria Santana para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 4 horas;

nomeando Edna Vicentina Rodrigues para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Doralice de Lourdes Silveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Guilherme Soares Leite do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Jorge Corrêa dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Junia Duarte Ferraz Demetrio do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Rafael Morari do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Gilberto Dias Berbert para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Guilherme Soares Leite para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Jorge Corrêa dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Junia Duarte Ferraz Demetrio para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Rafael Morari para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Sergio Silva Balbino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Piau

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Márcia Cristina Pereira de Souza do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ricardo Duarte

exonerando, a partir de 1º/9/2003, José Maria da Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Renato Marçal Ramos do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Cíntia Aparecida Gonçalves Borges para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

nomeando José Maria da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Renato Marçal Ramos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Ronaldo

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Elena Stavrou Araujo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Ernesto Cauz Barros do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Ivone Lourenço de Azeredo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Luciana Dellareti Soares do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Marilene Aparecida de Souza do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Mary Lúcia Carlos Sarsur do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Rômulo Dias Corrêa do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Ronaldo Torres Trindade do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Zumara Aparecida Motta Lage do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Antonieta Camila Ferreira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Berenice Campos Diniz Lima para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Elena Stavrou Araujo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Ernesto Cauz Barros para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Isabela Ferreira da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Ivone Lourenço de Azeredo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando José dos Santos Flores para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Luciana Dellareti Soares para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

nomeando Marilene Aparecida de Souza para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Mary Lúcia Carlos Sarsur para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Rômulo Dias Corrêa para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Ronaldo Torres Trindade para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Edson Rodrigues Gonçalves do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Lígia Corte de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Edson Rodrigues Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Lígia Corte de Souza para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Daniel Marinho de Miranda do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Júlio Maria Teixeira de Matos do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Pedro Luiz Rogedo do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/2003, Sabrina de Andrade Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Daniel Marinho de Miranda para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Júlio Maria Teixeira de Matos para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Pedro Luiz Rogedo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Sabrina de Andrade Moreira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, observado o art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 20, de 15/12/98, e nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.114, de 17/10/2001, que dá cumprimento ao disposto na Emenda à Constituição Estadual nº 49, de 13/6/2001, na forma da Decisão da Mesa de 17/10/2001, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 31/5/93, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 9/7/2003, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Tânia Mara Antunes Coutinho, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

ERRATAS

PROJETO DE LEI Nº 990/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/8/2003, pág. 25, col. 3, na assinatura, onde se lê:

"Ana Maria", leia-se:

"Ana Maria Resende".

PROJETO DE LEI Nº 991/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/8/2003, pág. 25, col. 4, na assinatura, onde se lê:

"Ana Maria", leia-se:

"Ana Maria Resende".